

Copyright © 2015 da Autora  
Todos os direitos desta edição reservados à  
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

*Montagem de capa e diagramação*  
Gustavo S. Vilas Boas

*Preparação de textos*  
Mayara Cristina Zucheli

*Revisão*  
Fernanda Guerriero Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Koch, Ingedore Villaça  
Introdução à linguística textual : trajetória e grandes temas / Ingedore  
Villaça Koch. – 2. ed. – São Paulo : Contexto, 2015.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-7244-881-9

1. Análise do discurso 2. Análise de textos 3. Linguística 4. Textos  
I. Título.

14-10046

CDD-415

Índice para catálogo sistemático:  
1. Linguística textual 415

2015

EDITORA CONTEXTO  
Diretor editorial: *Jaime Pinsky*  
Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa  
05083-030 – São Paulo – SP  
PABX: (11) 3832 5838  
contexto@editoracontexto.com.br  
www.editoracontexto.com.br

*A meus filhos: Anamaria e Nelson,  
Paulo Fernando e Sueli  
A meus netos: Mariana, Marcelo e Luiz Paulo  
A meu irmão, Eurico  
A meus sobrinhos: Vera Elena, Luís Carlos e  
Cristina, Eduardo e Valéria, Renata, Ricardo  
A minha irmã espiritual, Alice  
Ao Ides, meu companheiro de jornada*

**PARTE I**  
TRAJETÓRIA  
DA LINGUÍSTICA TEXTUAL

## ANÁLISES INTERFRÁSTICAS E GRAMÁTICAS DE TEXTO

Na sua fase inicial, que vai, aproximadamente, desde a segunda metade da década de 1960 até meados da década de 1970, a Linguística textual teve por preocupação básica, primeiramente, o estudo dos mecanismos interfrásticos que são parte do sistema gramatical da língua, cujo uso garantiria a duas ou mais sequências o estatuto de texto. Entre os fenômenos a serem explicados, contavam-se a correferência, a pronominalização, a seleção do artigo (definido/indefinido), a ordem das palavras, a relação tema/tópico – rema/ comentário, a concordância dos tempos verbais, as relações entre enunciados não ligados por conectores explícitos, diversos fenômenos de ordem prosódica, entre outros. Os estudos seguiam orientações bastante heterogêneas, de cunho ora estruturalista ou gerativista, ora funcionalista.

O texto era então concebido como uma "frase complexa", "signo linguístico primário" (Hartmann, 1968), "cadeia de pronominalizações ininterruptas" (Harweg, 1968), "sequência coerente de enunciados" (Isenberg, 1971), "cadeia de pressuposições" (Bellert, 1970).

No estudo das relações que se estabelecem entre enunciados, deu-se primazia às relações referenciais, particularmente à correferência, considerada um dos principais fatores da coesão textual. E, ao caso, por exemplo, de Harweg (1968), segundo o qual são os pronomes que vão constituir uma sequência de frases em texto. O termo pronome é aqui tomado numa acepção bem ampla, ou seja, toda e qualquer expressão linguística que retoma, na qualidade de *substituens*, outra expressão linguística correferencial (*substituendum*). O texto é resultado, portanto, de um "múltiplo referenciamento", daí a definição de texto como uma sucessão de unidades linguísticas constituída mediante uma *concatenação pronominal ininterrupta*.

Assim, nesse momento, o estudo das relações referenciais limita-se, em geral, aos processos correferenciais (anafóricos e catafóricos), operantes entre dois ou mais elementos textuais – a que Halliday & Hasan (1976) chamavam de pressuponente e pressuposto. Pouco se mencionavam, ainda, os fenômenos remissivos não correferenciais, as anáforas associativas e indiretas, a dêixis textual e outros que hoje constituem alguns dos principais objetos de estudo da Linguística Textual. Contudo, autores alemães, como Isenberg (1968) e Vater (1979), já faziam referência às anáforas de tipo associativo, em exemplos como:

20 anáforas de tipo associativo

- (1) Ontem houve um casamento. A noiva usava um longo vestido branco. (Isenberg, 1968)
- (2) Pedro me molhou todo. A água me escorria pelo corpo abaixo. (Isenberg, 1968)
- (3) Era um belo povoado. A igreja ficava numa colina. (Vater, 1979)

Pouco se levava em conta, também, a possibilidade de retomada anafórica de porções textuais de maior ou menor extensão, como acontece com muita frequência quando do uso de demonstrativos, geralmente neutros (isto, isso, aquilo, o), conforme os exemplos:

5 referências anafóricas de porções de maior ou menor extensão

- (4) Naquele dia, ele recebeu um telegrama, comunicando-lhe a volta da noiva, que se achava no exterior. *Isso* renovou-lhe o ânimo abatido.
- (5) Após a longa discussão que teve com a mulher, Jorge saiu de casa para espreitar. Ao voltar, encontrou-a caída no chão do banheiro, ao lado de um vidro de sedativos. Devia tê-lo adivinhado, não era a primeira vez que *isto* acontecia!

Como, na construção de um texto, o movimento de retroação, de retomada, é necessariamente acompanhado de outro, o de progressão, muitos autores debruçaram-se sobre os tipos de relação (encadeamentos) que se estabelecem entre enunciados, especialmente quando não assinaladas por conectores, bem como a articulação tema-rema (na perspectiva da Escola Funcionalista de Praga), a seleção dos artigos em enunciados contíguos, e assim por diante. Não

é de admirar, portanto, que as pesquisas se concentrassem prioritariamente no estudo dos recursos de coesão textual (a propriedade de cohere, hang together), a qual, para eles, de certa forma, englobava o da coerência, nesse momento entendida como mera propriedade ou característica do texto.

Coerência

## AS GRAMÁTICAS DE TEXTO

Ainda nessa primeira fase da Linguística Textual, a partir da ideia de que o texto seria simplesmente a unidade linguística mais alta, superior a sentença, surgiu, particularmente (mas não só) entre os linguistas de formação gerativista, a preocupação de construir gramáticas textuais, por analogia com as gramáticas da frase. Isto é, tratava-se de descrever categorias e regras de combinação da entidade T (texto) em L (determinada língua). As tarefas básicas de uma gramática do texto seriam as seguintes:

"doubos" das Gramáticas Anafóricas

- a) verificar o que faz com que um texto seja um texto, ou seja, determinar seus princípios de constituição, os fatores responsáveis pela sua coerência, as condições em que se manifesta a textualidade;
- b) levantar critérios para a delimitação de textos, já que a completude é uma de suas características essenciais;
- c) diferenciar as várias espécies de textos.

\* Competência de Halliday

Passou-se a postular a existência de uma competência textual à semelhança da competência linguística chomskyana, visto que todo falante de uma língua tem a capacidade de distinguir um texto coerente de um aglomerado incoerente de enunciados, competência que é também especificamente linguística, em sentido amplo: qualquer falante é capaz de parafrasear, de resumir um texto, de perceber se está completo ou incompleto, de atribuir-lhe um título, ou de produzir um texto a partir de um título dado.

questão de Halliday  
para a gramática

Abandonava-se, assim, o método ascendente – da frase para o texto. E, a partir da unidade hierarquicamente mais alta – o texto –, pretende-se chegar, por meio da segmentação, às unidades menores, para, então, classificá-las. Contudo, tem-se claro que a segmentação e a classificação só poderão ser realizadas, desde que não se perca a

função textual dos elementos individuais, tendo em vista que o texto não pode ser definido simplesmente como uma sequência de cadeias significativas. O texto é considerado o signo linguístico primário, atribuindo-se aos seus componentes o estatuto de signos parciais (Hartmann, 1968).

Dentro desta perspectiva, portanto, o texto, visto como a unidade linguística hierarquicamente mais elevada, constitui uma entidade do sistema linguístico, cujas estruturas possíveis em cada língua devem ser determinadas pelas regras de uma gramática textual. Exemplos destas gramáticas são as postuladas por Weinrich (1964, 1971, 1976), Petöfi (1973) e Van Dijk (1972).

Harald Weinrich, estruturalista, teve sempre em mira a construção de uma gramática textual. Em seus trabalhos preconiza a construção de uma *macrossintaxe do discurso*, com base no tratamento textual de categorias gramaticais, como, por exemplo, os artigos, os tempos verbais, certos advérbios, aos quais dedicou grande parte de seus estudos (1964, 1969, 1976). Postula como método heurístico o da "partitura textual", que consiste em unir a análise por tipo de palavras e a estrutura sintática do texto num só modelo, como se se tratasse de "uma partitura musical a duas vozes". Como estruturalista define o texto como uma sequência linear de lexemas, e morfemas que se condicionam reciprocamente e que, também reciprocamente, constituem o contexto. Isto é, o texto é uma "estrutura determinativa", onde tudo está necessariamente interligado. Assim sendo, para ele, toda linguística é necessariamente linguística de texto.

Em 1982, após longos anos de pesquisa, veio à luz sua *Gramática textual da língua francesa* (*Textgrammatik der französischen Sprache*), e, em 1993, a *Gramática textual da língua alemã* (*Textgrammatik der Deutschen Sprache*), nas quais o autor concretiza a ideia acalentada havia tantos anos de elaborar gramáticas textuais. Cabe lembrar que seus estudos sobre os tempos verbais tiveram grande aceitação e são, até hoje, de grande valia para a compreensão do funcionamento dos textos (cf. Koch, 1984, 1989, 1992).

O modelo de Janos Petöfi consta de uma base textual, que consiste em uma representação semântica indeterminada com respeito às manifestações lineares do texto, as quais são determinadas pela parte transformacional. Segundo ele, este modelo torna possível: a) a análise de textos, isto é, a atribuição a uma manifestação linear, de

todas as bases textuais possíveis; b) a síntese de textos, ou seja, a geração de todas as bases textuais possíveis; c) a comparação de textos. De suma relevância no modelo é o léxico, com suas representações semânticas intensionais.

Para Petöfi, contudo, a gramática textual deveria constituir apenas um dos componentes de sua teoria do texto, que previa também um componente contextual, formado por um subcomponente semântico-extensional, responsável pela interpretação semântica, e um subcomponente pragmático, relativo às questões de produção/recepção de textos. Essa teoria, desenvolvida a partir de 1973 e a que denomina TeSWeST (*Textstruktur Weltstruktur*), ou seja, da *Estrutura do Texto/Estrutura do Mundo*, está centrada na relação entre a estrutura de um texto e as interpretações extensionais (em termos de mundos possíveis) do mundo (ou complexo de mundos) que é textualizada em um texto.

Teun van Dijk (1972), que, tendo sido um dos pioneiros da Linguística Textual, tem uma trajetória extremamente rica dentro dos estudos do texto/discurso, conforme veremos mais adiante, dedicou-se, também, nesse período, à construção de gramáticas textuais, levantando a favor destas os argumentos seguintes:

- 1) Cabe à teoria linguística em geral e às gramáticas textuais em particular dar conta da estrutura linguística de enunciados completos, isto é, também de enunciados constituídos de sequências de frases.
- 2) Existem propriedades gramaticais além do limite das sentenças, por exemplo, as relações semânticas entre elas.
- 3) O estudo do texto/discurso permite chegar a generalizações sobre as propriedades de períodos compostos e de sequências de frases.
- 4) Certas propriedades linguísticas fazem parte de unidades suprassentenciais, como, por exemplo, fragmentos de texto, parágrafos, sequências, bem como a macroestrutura textual.
- 5) O relacionamento entre gramática e pragmática pressupõe uma descrição gramatical tanto de sequências de frases, como de propriedades do discurso como um todo, para dar conta de fenômenos como a relação entre atos de fala e macroatos de fala.

- 6) Uma gramática textual fornece uma base mais adequada para um relacionamento mais sistemático com outras teorias que se ocupam do discurso, como a estilística, a retórica, a poética, entre outras.
- 7) Uma gramática de texto oferece melhor base linguística para a elaboração de modelos cognitivos do desenvolvimento, produção e compreensão da linguagem.
- 8) Uma gramática textual fornece melhor base para o estudo do texto e da conversação em contextos sociais interacionais e institucionais, bem como para o estudo dos tipos de discurso e usos da linguagem entre culturas.

24 Seu modelo de gramática textual apresenta três características principais:

- 1) insere-se no quadro teórico gerativo;
- 2) utiliza em grande escala o instrumental teórico e metodológico da lógica formal;
- 3) busca integrar a gramática do enunciado na gramática do texto, sustentando, porém, que não basta estender a gramática da frase ("extended S-grammar"), como faziam muitos autores da época, mas que uma gramática textual tem por tarefa principal especificar as estruturas profundas a que denomina macroestruturas textuais.

Para ele, é a macroestrutura profunda que explicita a coerência do texto, sua estrutura temático-semântica global. Trata-se da estrutura subjacente abstrata ou "forma lógica" do texto, que define a significação do texto como um todo. Já a microestrutura é a estrutura superficial do texto, constituída por um n-tuplo ordenado de frases subsequentes. Uma gramática textual gerativa seria, portanto, um algoritmo que gera infinitas estruturas textuais profundas.

### A PERSPECTIVA SEMÂNTICA

Além de Van Dijk, Petöfi e quase todos os estudiosos que se dedicaram à construção de gramáticas textuais – às quais não poderia faltar um componente semântico, representado, em geral, nas gramá-

licas por eles propostas, pelas macroestruturas profundas –, também outros estudiosos da época deram às suas pesquisas uma orientação semântica, como foi o caso de Dressler 1970 (1972), Brinker (1973), Rieser (1973, 1978) e Viehweger (1976, 1977), entre outros.

Assim, são diversos os autores que tratam de fenômenos semânticos, como as cadeias isotópicas, as relações semânticas entre enunciados do texto não ligados por conectores etc., e/ou definem o texto como sequência coerente de enunciados (Isenberg, 1970), cadeia de pressuposições (Bellert, 1970). Todavia, a coerência de que falam, embora comece a diferenciar-se da coesão, é ainda apenas a coerência sintático-semântica. Charolles (1978), por exemplo, apresenta quatro condições ou macrorregras de coerência textual, a saber:

- Quatro macrorregras de coerência (Charolles, 1978)*
- 1) repetição – para que um texto possa ser considerado coerente, ele deve conter, em seu desenvolvimento linear, elementos de recorrência estrita;
  - 2) progressão – para ser coerente, deve haver no texto uma contribuição semântica permanentemente renovada, pelo contínuo acréscimo de novos conteúdos;
  - 3) não contradição – para que um texto seja coerente, é preciso que, no seu desenvolvimento, não se introduza nenhum elemento semântico que contradiga um conteúdo posto ou pressuposto por uma ocorrência anterior, ou dedutível dela por inferência;
  - 4) relação – um texto será coerente se todos os seus enunciados – e os fatos que denotam no mundo nele representado – estiverem, de alguma forma, relacionados entre si.

Posteriormente, Charolles (1979) propõe o acréscimo da metarregra de macroestrutura, tomada de empréstimo a Van Dijk.

Dressler (1970, 1972), por sua vez, considera arbitrário estabelecer limites rígidos entre sintaxe e semântica e postula que a semântica é que deve constituir o ponto de partida. À semântica do texto cabe explicar a representação da estrutura do significado de um texto ou de um segmento deste, particularmente as relações de sentido que vão além do significado das frases tomadas isoladamente.

Em seu modelo de geração de textos, dedica atenção especial ao tema do texto, que, segundo ele, está em relação com o significado

global – a base T-semântica –, mediante um desenvolvimento temático e uma coesão semântica. Essa base, conforme o autor, contém elementos do campo nominal – papéis (*roles*) e personagens da ação (*dramatis personae*) –, para cuja descrição recorre aos casos semânticos profundos, tal como formulados por Fillmore (1968), bem como elementos do campo verbal, como modo, tempo e aspecto, retomando, para tanto, a distinção feita por Weinrich entre “mundo comentado” e “mundo narrado” (cf. Koch, 1984, 1989, 1992).

Também Brinker (1973), Rieser (1973, 1978) e Viehweger (1976, 1977) postulavam que na superfície textual apenas poderia ser encontrada parte do sentido de um texto, mas nunca a totalidade de suas informações semânticas, já que para isto é indispensável reportar-se à sua estrutura semântica de base; ou seja, que as estruturas de superfície constituem formas de atualização derivadas de estruturas semânticas profundas. Baseados nessa convicção, esses autores afirmam que os articuladores de natureza sintática funcionam apenas como marcas suplementares, facultativas, que atuam como facilitadoras da compreensão para o interlocutor. Em suas análises recorrem ora à lógica formal, ora à gramática de valências ou à semântica de predicados.

## A VIRADA PRAGMÁTICA

Is é além da abordagem sintático-semântica

Não tardou, porém, que os linguistas de texto sentissem a necessidade de ir além da abordagem sintático-semântica, visto ser o texto a unidade básica de comunicação/interação humana. A princípio timidamente, mas logo a seguir com maior vigor, a adoção da perspectiva pragmática vai-se impondo e conquistando proeminência nas pesquisas sobre o texto: surgem as teorias de base comunicativa, nas quais ora apenas se procurava integrar sistematicamente fatores contextuais na descrição dos textos (Isenberg, 1976; Dressler, 1974; Petöfi, 1972, 1973), ora a pragmática era tomada como ponto de partida e de chegada para tal descrição (Motsch, 1975; Gülich & Raible, 1977; Schmidt, 1978). Deste modo, Heinemann & Viehweger (1991), ao fazerem uma retrospectiva da Linguística Textual, distinguem entre modelos contextuais e modelos comunicativos, mencionando, entre estes últimos, aqueles baseados na Teoria dos Atos de Fala e os que tomam por pressuposto a Teoria da Atividade Verbal. Comum a estes modelos é a busca de conexões determinadas por regras, entre textos e seu contexto comunicativo-situacional, mas tendo sempre o texto como ponto de partida dessa representação.

Com isso, a pesquisa em Linguística Textual ganha uma nova dimensão: já não se trata de pesquisar a língua como sistema autônomo, mas, sim, o seu funcionamento nos processos comunicativos de uma sociedade concreta. Passam a interessar os “textos-em-funções” (Schmidt, 1973; Gülich & Raible, 1977). Isto é, os textos deixam de ser vistos como produtos acabados, que devem ser analisados sintática ou semanticamente, passando a ser considerados elementos constitutivos de uma atividade complexa, como instrumentos de realização de intenções comunicativas e sociais do falante (Heinemann, 1982).

Assim, na metade da década de 1970, passa a ser desenvolvido um modelo de base que compreendia a língua como uma forma

modelos contextuais e comunicativos da Teoria dos Atos de Fala e Teoria da Atividade Verbal



específica de comunicação social, da atividade verbal humana, interconectada com outras atividades (não linguísticas) do ser humano. Os impulsos decisivos para esta nova orientação vieram da Psicologia da Linguagem – especialmente da Psicologia da Atividade de origem soviética, e da Filosofia da Linguagem, em particular da Filosofia da Linguagem Ordinária da Escola de Oxford, que desenvolveu a Teoria dos Atos de Fala. Caberia, então, à Linguística Textual a tarefa de provar que os pressupostos e o instrumental metodológico dessas teorias eram transferíveis ao estudo dos textos e de sua produção/recepção, ou seja, que se poderia atribuir também aos textos a qualidade de formas de ação verbal.

Tal problemática foi tematizada por numerosos autores, entre os quais Wunderlich (1976), Schmidt (1973), Motsch (1983), Motsch & Pasch (1987), Van Dijk (1980).

Wunderlich, autor que pertence também à primeira geração de linguistas alemães preocupados com estudos textuais, foi um dos principais responsáveis pela incorporação da pragmática às pesquisas sobre o texto, tendo tratado, em suas obras, de uma série de questões de ordem enunciativa, entre elas a dêixis, particularmente a dêixis espacial, os atos de fala e a interação face a face de modo geral (cf., por exemplo, Wunderlich, 1970, 1976, 1985). Foi um dos autores mais referendados na área, em especial na década de 1970. Como adepto da Teoria da Atividade Verbal, Wunderlich (1978) escreve:

O objetivo da teoria da atividade é extrair os traços comuns das ações, planos de ação e estágios das ações, e pô-los em relação com traços comuns dos sistemas de normas, conhecimentos e valores. A análise do conceito de atividade (o que é atividade/ação) está estreitamente ligada à análise do conhecimento social sobre as ações ou atividades (o que, se considera uma ação). A teoria da atividade é, portanto, em parte uma disciplina de orientação das ciências sociais, em parte, também, filosófica e de metodologia da Ciência. A relação com a linguística está em que o fundamento pragmático da teoria da linguagem deve enlaçar-se com a teoria da atividade e que, por sua vez, a análise linguística pode contribuir de alguma forma para o desenvolvimento da atividade. (p. 30)

Também no interior dessa perspectiva, Isenberg (1976) apresenta um método que permite descrever a geração, interpretação e análise

de textos, desde a estrutura pré-linguística da intenção comunicativa até a sua manifestação superficial. Ressalta a importância do aspecto pragmático como determinante do sintático e do semântico: o plano geral do texto determina as funções comunicativas que nele vão aparecer e estas, por sua vez, determinam as estruturas superficiais. A relação existente entre os elementos do texto deve-se à intenção do falante, ao plano textual previamente estabelecido, que se manifesta por meio de instruções ao interlocutor para que realize operações cognitivas destinadas a compreender o texto em sua integridade, isto é, o seu conteúdo e o seu plano global; ou seja, o ouvinte não se limita a “entender” o texto, no sentido de “captar” apenas o seu conteúdo referencial, mas necessita, isto sim, reconstruir os propósitos comunicativos que tinha o falante ao estruturá-lo, isto é, descobrir o “para quê” do texto.

Schmidt (1973), que propõe uma teoria sociologicamente ampliada da comunicação linguística, define o texto como todo componente verbalmente enunciado de um ato de comunicação pertinente a um “jogo de atuação comunicativa”, caracterizado por uma orientação temática e cumprindo uma função comunicativa identificável, isto é, realizando um potencial ilocutório determinado. E, somente na medida em que o locutor realiza intencionalmente uma função ilocutória (sociocomunicativa) identificável por parte dos parceiros envolvidos na comunicação, o conjunto de enunciados linguísticos vem a constituir um processo textual coerente, de funcionamento sociocomunicativo eficaz e normalizado, conforme as regras constitutivas (uma manifestação da textualidade). Para ele, a textualidade é o modo de toda e qualquer comunicação transmitida por sinais, inclusive os linguísticos.

Nos casos em que o texto é composto por vários conjuntos de enunciados que realizam potenciais ilocutórios distintos, de tal forma que sua associação hierárquica dê origem a um sistema coerente, isto é, ao conjunto global que se aplica o termo texto (cf. o conceito de macroato de fala, de Van Dijk, 1980).

O autor defende a posição de que, na medida em que cabe a uma teoria de texto abordar a produção e recepção de textos que funcionam comunicativamente, ela terá de ser forçosamente pragmática, pois, de outra forma, não teria condições de existir. A esta teoria cabe, especificamente, a investigação dos meios e das regras implicadas na



produção e recepção de *textos-em-função*; e o encaminhamento de um projeto para um modelo de comunicação linguística, que se apresentaria como sistema coordenado de hipóteses relativas ao "jogo de atuação comunicativa" e suas potencialidades estruturais (Schmidt, 1973). Também filiado à teoria da atividade verbal, Schmidt (1973) afirma:

A linguagem não é considerada primariamente um sistema de signos, denotativo, mas um sistema de atividades ou de operações, cuja estrutura consiste em realizar, com a ajuda de um número aberto de variáveis e um repertório fechado de regras, determinadas operações ordenadas, a fim de conseguir dado objetivo, que é informação, comunicação, estabelecimento de contato, automanifestação, expressão e (per)formação da atividade (p. 9).

30

Motsch (1986) defende a hipótese de que, se os objetivos da ação podem ser atingidos com a ajuda da enunciação de expressões verbais, então é necessário que se possam relacionar as ações a propriedades do texto, ou seja, que elas possam ser representadas nos enunciados do texto. Para tanto, é decisivo o pressuposto de que deveria ser possível reconstruir, a partir de *e* (enunciado), a intenção (*int.*) do falante. Segundo o autor, serviriam de pistas, em primeiro lugar, os modos verbais, mas também os verbos, os advérbios e as partículas modais.

O contexto de uso de tais indicadores depende, basicamente, de fatores da situação: "Uma situação comunicativa deverá ser tanto mais explicitamente expressa por meios verbais, quanto mais ambígua ela for e quanto mais controlada deva ser a reação do interlocutor" (p. 262).

Motsch & Pasch (1987) concebem, também, o texto como uma sequência hierarquicamente organizada de atividades realizadas pelos interlocutores. Segundo eles, os componentes da atividade linguística podem ser reunidos na fórmula:

Al + (e, int., cond., cons.)

em que *e* representa a enunciação, *int.*, a intenção do enunciador de atingir determinado objetivo, *cond.*, as condições para que este seja alcançado, e *cons.*, as consequências resultantes do atingimento do objetivo. Ou seja, a enunciação é sempre movida por uma intenção de atingir determinado objetivo ilocucional. Para que este seja alcançado,

faz-se necessário assegurar ao enunciatário as condições essenciais para que reconheça a intenção e realize o objetivo visado. Para tanto, o enunciador realiza atividades linguístico-cognitivas com o intuito de garantir a compreensão e estimular, facilitar ou causar a aceitação. Da parte do enunciatário, é preciso que ele compreenda o objetivo fundamental do enunciador, o que depende da formulação adequada da enunciação, para que se decida a aceitar (ou não) colaborar na realização de seu objetivo e mostrar a reação desejada.

Heinemann & Viehweger (1991), em sua *Introdução linguística do texto*, asseveram que os pressupostos gerais que regem esta perspectiva podem ser assim resumidos:

- 1) Usar uma língua significa realizar ações. A ação verbal constitui uma atividade social, efetuada por indivíduos sociais, com o fim de realizar tarefas comunicativas, ligadas com a troca de representações, metas e interesses. Ela é parte de processos mais amplos de ação, pelos quais é determinada.
- 2) A ação verbal é sempre orientada para os parceiros da comunicação, portanto é também ação social, determinada por regras sociais.
- 3) A ação verbal realiza-se na forma de produção e recepção de textos. Os textos são, portanto, resultantes de ações verbais/complexos de ações verbais/estruturas ilocucionais, que estão intimamente ligadas com a estrutura proposicional dos enunciados.
- 4) A ação verbal consciente e finalisticamente orientada origina-se de um plano/estratégia de ação. Para realizar seu objetivo, o falante utiliza-se da possibilidade de operar escolhas entre os diversos meios verbais disponíveis. A partir da meta final a ser atingida, o falante estabelece objetivos parciais, bem como suas respectivas ações parciais. Estabelece-se, pois, uma hierarquia entre os atos de fala de um texto, dos mais gerais aos mais particulares. Ao interlocutor cabe, no momento da compreensão, reconstruir essa hierarquia.
- 5) Os textos deixam de ser examinados como estruturas acabadas (produtos), mas passam a ser considerados no processo de sua constituição, verbalização e tratamento pelos parceiros da comunicação.

Cabe registrar aqui que Van Dijk, especialmente no início da década de 1980, é um dos grandes responsáveis pela "virada pragmática". Em sua obra *Studies in the Pragmatics of Discourse* (1981), escreve:

o planejamento pragmático de um discurso/conversação requer a atualização mental de um conceito de ato de fala global. E com respeito a esse macroato de fala que ele constrói o propósito da interação: que X quer saber ou fazer algo. Se dissermos de maneira bastante vaga, embora familiar nas ciências sociais, que a ação humana é finalisticamente orientada, estaremos significando que sequências de ações, que (...) são realizadas sob o controle efetivo de uma macrointenção ou plano, encaixado numa macrofinalidade, para um ou mais atos globais. Enquanto tal macroproposição é a representação das consequências desejadas de uma ação (...), a macrointenção ou plano é a representação conceitual do estado final, isto é, do resultado da macroação. Sem um macropropósito e uma macrointenção, seríamos incapazes de decidir qual ato de fala concreto poderia propiciar um estado a partir do qual o resultado pretendido e a meta intencionada poderiam ser alcançados.

32

Na obra em tela, bem como em trabalhos posteriores, Van Dijk estuda o que denomina "relações funcionais no discurso", isto é, as relações entre enunciados a que geralmente se têm denominado pragmáticas ou discursivo-argumentativas. É ele, ainda, um dos pioneiros da introdução de questões de ordem cognitiva no estudo da produção, da compreensão e do funcionamento dos textos.

O autor passa a postular, ao lado da macroestrutura semântica do texto, responsável pela sua coerência semântica, uma macroestrutura pragmática, responsável pela coerência pragmática. Trata-se de um *macroato de fala*, ao qual se subordinariam, hierarquicamente, todos os atos de fala realizados por subpartes ou enunciados do texto, sendo um construto fundamental para o seu processamento. Para ele, a compreensão de um texto obedece a regras de interpretação pragmática, de modo que a coerência não se estabelece sem que se leve em conta a interação, bem como as crenças, os desejos, as preferências, as normas e os valores dos interlocutores.

Com todos esses desenvolvimentos, o conceito de coerência passa a incorporar, ao lado dos fatores sintático-semânticos, uma série de fatores de ordem pragmática e contextual.

É esse o momento em que Charolles (1983) opera uma guinada importante no seu conceito de coerência textual, passando a considerá-la um "princípio de interpretabilidade do discurso", o que o leva a postular que não existem sequências de enunciados incoerentes em si, visto que, numa interação, é sempre possível construir um contexto em que uma sequência aparentemente incoerente passe a fazer sentido.

Prepara-se, assim, o momento seguinte, em que as obras de Beaugrande & Dressler e de Van Dijk vão desempenhar papel de vital importância.

33

## A VIRADA COGNITIVISTA

34 Na década de 1980, delineia-se uma nova orientação nos estudos do texto, a partir da tomada de consciência de que todo fazer (ação) é necessariamente acompanhado de processos de ordem cognitiva, de que quem age precisa dispor de modelos mentais de operações e tipos de operação. Com a tónica nas operações de ordem cognitiva, o texto passa a ser considerado resultado de processos mentais: é a abordagem procedural, segundo a qual os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividade da vida social e têm conhecimentos representados na memória que necessitam ser ativados para que sua atividade seja coroada de sucesso. Assim, eles já trazem para a situação comunicativa determinadas expectativas e ativam dados conhecimentos e experiências quando da motivação e do estabelecimento de metas, em todas as fases preparatórias da construção textual não apenas na tentativa de traduzir seu projeto em signos verbais (comparando entre si diversas possibilidades de concretização dos objetivos e selecionando aquelas que, na sua opinião, são as mais adequadas), mas certamente também por ocasião da atividade da compreensão de textos.

Desse ponto de vista, conforme Beaugrande & Dressier (1981) – cuja obra, como já enfatizamos, constitui um dos marcos iniciais desse período –, o texto é originado por uma multiplicidade de operações cognitivas interligadas, “um documento de procedimentos de decisão, seleção e combinação” (p. 37), de modo que caberia à Linguística Textual desenvolver modelos procedurais de descrição textual capazes de dar conta dos processos cognitivos que permitem a integração dos diversos sistemas de conhecimento dos parceiros da comunicação, na descrição e na descoberta de procedimentos para sua atualização e tratamento no quadro das motivações e estratégias da produção e compreensão de textos.

Heinemann & Viehweger (1991) postulam que, para o processamento textual, concorrem quatro grandes sistemas de conhecimento: o linguístico, o enciclopédico, o interacional e o referente a modelos textuais globais.

O conhecimento linguístico compreende os conhecimentos gramatical e lexical, sendo, assim, o responsável pela articulação som-sentido. É ele que responde, por exemplo, pela organização do material linguístico na superfície textual pelo uso dos meios coesivos que a língua nos põe à disposição para efetuar a remissão ou a sequenciação textual, pela seleção lexical adequada ao tema e/ou aos modelos cognitivos ativados.

O conhecimento enciclopédico, semântico ou conhecimento de mundo é aquele que se encontra armazenado na memória de cada indivíduo, quer se trate de conhecimento do tipo declarativo, constituído por proposições a respeito dos fatos do mundo (“O Brasil é uma república federativa; a água é incolor, insípida e inodora”), quer do tipo episódico, constituído por “modelos cognitivos” socioculturalmente determinados e adquiridos através da experiência.

Admite-se, portanto, a existência de modelos cognitivos, que são originários ora da Inteligência Artificial, ora da Psicologia da Cognição e recebem, na literatura, denominações diversas, como *frames* (Minsky, 1975), *scripts* (Schank & Abelson, 1977), *cenários* (Sanford & Garrod, 1985), *esquemas* (Rumelhart, 1980), *modelos mentais* (Johnson-Laird, 1983), *modelos episódicos ou de situação* (Van Dijk, 1988, 1989) etc., caracterizados como estruturas complexas de conhecimentos, que representam as experiências que vivenciamos em sociedade e que servem de base aos processos conceituais. São frequentemente representados em forma de redes, nas quais as unidades conceituais são concebidas como variáveis ou *slots*, que denotam características estereotípicas e que, durante os processos de compreensão, são preenchidas com valores concretos (*fillers*).

35 Desta forma, os modelos constituem conjuntos de conhecimentos socioculturalmente determinados e vivencialmente adquiridos, que contêm tanto conhecimentos sobre cenas, situações e eventos, como conhecimentos procedurais sobre como agir em situações particulares e realizar atividades específicas. São, inicialmente, particulares (já que resultam das experiências do dia a dia), determinados espaçotemporalmente e, por isso, estocados na memória episódica.

Após uma série de experiências do mesmo tipo, tais modelos vão se tornando generalizados, com abstração das circunstâncias particulares específicas (Van Dijk, 1989) e, quando similares aos demais membros de um grupo, passam a fazer parte da memória enciclopédica ou semântica.

Assim, segundo Van Dijk, por ocasião do processamento da informação, selecionam-se os modelos com a ajuda dos quais o atual estado de coisas pode ser interpretado. As unidades não explícitas no texto são inferidas do respectivo modelo. Na falta de informação explícita em contrário, utiliza-se como preenchedor (*filler*) a informação estereotípica (*standard*).

36 É com base em tais modelos, por exemplo, que se levantam hipóteses, a partir de uma manchete ou título; que se criam expectativas sobre o(s) campo(s) lexical(ais) a ser(em) explorado(s) no texto; que se produzem as inferências que permitem suprir as lacunas ou incompletudes encontradas na superfície textual.

O conhecimento sociointeracional, por seu turno, é o conhecimento sobre as ações verbais, isto é, sobre as formas de *interação* através da linguagem. Engloba os conhecimentos do tipo ilocucional, comunicacional, metacomunicativo e superestrutural.

É o conhecimento ilocucional que permite reconhecer os objetivos ou propósitos que um falante, em dada situação de interação, pretende atingir. Trata-se de conhecimentos sobre *tipos de objetivos* (ou *tipos de atos de fala*), que costumam ser verbalizados por meio de enunciações características, embora seja também frequente a sua realização por vias indiretas, o que exige dos interlocutores o conhecimento necessário para a captação do objetivo ilocucional.

O conhecimento comunicacional é aquele que diz respeito, por exemplo, a normas comunicativas gerais, como as máximas descritas por Grice (1975); a quantidade de informação necessária numa situação concreta para que o parceiro seja capaz de reconstruir o objetivo do produtor do texto; a seleção da variante linguística adequada a cada situação de interação e a adequação dos tipos de texto às situações comunicativas.

O conhecimento metacomunicativo permite ao produtor do texto evitar perturbações previsíveis na comunicação ou sanar (*on-line* ou *a posteriori*) conflitos efetivamente ocorridos por meio da introdução no texto de sinais de articulação ou apoios textuais, e pela realização

de atividades específicas de formulação textual, com paráfrases, repetições, correções, glosas etc. Trata-se do conhecimento sobre os vários tipos de ação linguística que, de certa forma, permitem ao locutor assegurar a compreensão do texto e conseguir a aceitação, pelo parceiro, dos objetivos com que é produzido, monitorando com elas o fluxo verbal (cf. Motsch & Pasch, 1987).

O conhecimento sobre estruturas ou modelos textuais globais é aquele que permite aos falantes reconhecer textos como exemplares de determinado gênero ou tipo. Envolve, também, conhecimentos sobre as macrocategorias ou unidades globais que distinguem os vários tipos de texto, sobre a sua ordenação ou sequenciação (superestruturas textuais), bem como sobre a conexão entre objetivos, bases textuais e estruturas textuais globais. Segundo Heinemann & Viehweger (1991), seriam ainda precárias, na época da publicação de sua obra, as respostas à questão de saber quais conhecimentos específicos estariam aí incluídos. Contudo, parece possível apontar algumas aproximações, por exemplo, com os modelos cognitivos contextuais, de Van Dijk (1994/1997), os "tipos de atividades", sugeridos por Levinson (1979), e outros, que, evidentemente, variam conforme a perspectiva dos diversos estudiosos. Parece-me, contudo, que a aproximação mais produtiva poderia ser feita com a noção de gênero, que hoje volta a ocupar posição central nos estudos sobre texto/discurso.

37 Heinemann & Viehweger (1991) salientam, como vimos, que a cada um desses sistemas de conhecimento corresponde um conhecimento específico sobre como colocá-lo em prática, ou seja, um conhecimento de tipo procedural, isto é, dos procedimentos ou rotinas por meio dos quais esses sistemas de conhecimento são ativados quando do processamento textual. Esse conhecimento funcionaria como uma espécie de "sistema de controle" dos demais sistemas, no sentido de adaptá-los ou adequá-los às necessidades dos interlocutores no momento da interação.

Tal conhecimento engloba, entre outros, o saber sobre as práticas peculiares ao meio sociocultural em que vivem os interactantes, bem como o domínio das estratégias de interação, como preservação das faces, representação positiva do *self*, polidez, negociação, atribuição de causas a mal-entendidos ou fracassos na comunicação, entre outras. Concretiza-se através de estratégias de processamento textual.

O processamento textual é, portanto, estratégico. As estratégias de processamento textual implicam a mobilização on-line dos diversos sistemas de conhecimento. Para efeito de exposição, tais estratégias podem ser divididas em cognitivas, sociointeracionais e textualizadoras.

Van Dijk & Kintsch (1983) defendem que o processamento cognitivo de um texto consiste de diferentes estratégias processuais, entendendo-se estratégia como "uma instrução global para cada escolha a ser feita no curso da ação" (p. 65). Tais estratégias consistem em hipóteses operacionais eficazes sobre a estrutura e o significado de um fragmento de texto ou de um texto inteiro. Falar em processamento estratégico significa dizer que os usuários da língua realizam simultaneamente, em vários níveis, passos interpretativos finalisticamente orientados, efetivos, eficientes, flexíveis, tentativos e extremamente rápidos; fazem pequenos cortes no material *entrante* (*incoming*), podendo utilizar somente informação ainda incompleta para chegar a uma (hipótese de) interpretação. Em outras palavras, a informação é processada on-line.

Assim, o processamento estratégico depende não só de características textuais, como também de características dos usuários da língua, tais como seus objetivos, convicções e conhecimento de mundo, quer se trate de conhecimento de tipo episódico, quer do conhecimento mais geral e abstrato, representado na memória semântica ou enciclopédica. Isto é, as estratégias cognitivas são *estratégias de uso* do conhecimento. É o que Dascal (1982) denomina Psicopragmática. E esse uso, em cada situação, depende dos objetivos do usuário, da quantidade de conhecimento disponível a partir do texto e do contexto, bem como de suas crenças, opiniões e atitudes, o que permite, no momento da compreensão, reconstruir não somente o sentido intencionado pelo produtor do texto, mas também outros sentidos, não previstos ou mesmo não desejados pelo produtor. Van Dijk & Kintsch (1983) citam, como principais estratégias de processamento cognitivo, as estratégias proposicionais, as de coerência local, as macroestratégias e as estratégias esquemáticas ou superestruturais, além das estilísticas, retóricas, não verbais e conversacionais.

Pode-se dizer que as estratégias cognitivas, em sentido restrito, são aquelas que consistem na execução de algum "cálculo

mental" por parte dos interlocutores. Exemplo prototípico são as inferências, que, como já foi dito, permitem gerar informação semântica nova, a partir daquela dada, em certo contexto. Sendo a informação dos diversos níveis apenas em parte explicitada no texto, ficando a maior parte implícita, as inferências constituem estratégias cognitivas por meio das quais o ouvinte ou leitor, partindo da informação veiculada pelo texto e levando em conta o contexto (em sentido amplo), constrói novas representações mentais e/ou estabelece uma ponte entre segmentos textuais, ou entre informação explícita e informação não explicitada no texto. Afirmam Beaugrande & Dressler (1981) que a inferenciação ocorre a cada vez que se mobiliza conhecimento próprio para construir um mundo textual.

Todo e qualquer processo de compreensão pressupõe atividades do ouvinte/leitor, de modo que se caracteriza como um processo ativo e contínuo de construção – e não apenas de reconstrução –, no qual as unidades de sentido ativadas, a partir do texto, conectam-se a elementos suplementares de conhecimento extraídos de um modelo global também ativado em sua memória. Por ocasião da produção, o locutor já prevê essas inferências, na medida em que deixa implícitas certas partes do texto, pressupondo que tais lacunas venham a ser preenchidas sem dificuldades pelo interlocutor com base em seus conhecimentos prévios. Por esta razão, dependendo desses conhecimentos e do contexto, diferentes interlocutores poderão construir interpretações diferentes do mesmo texto. Os textos só se tornam coerentes para o leitor/ouvinte por meio de inferenciação.

Estratégias interacionais são estratégias socioculturalmente determinadas que visam estabelecer, manter e levar a bom termo uma interação verbal. Entre elas, podem-se mencionar, além daquelas relacionadas à realização dos diversos tipos de ato de fala, as estratégias de preservação das faces (*facework*) e/ou de representação positiva do *self*, que envolvem o uso das *formas de atenuação*, bem como as estratégias de polidez, de negociação, de atribuição de causas aos mal-entendidos, entre outras.

A estratégia de *preservação das faces* manifesta-se linguisticamente através de atos preparatórios, eufemismos, rodeios, mudanças de tópico e dos marcadores de atenuação em geral. O *grau de polidez* é socialmente



determinado, em geral com base nos papéis sociais desempenhados pelos participantes, na necessidade de resguardar a própria face ou a do parceiro, ou, ainda, condicionado por normas culturais.

40 Como se sabe, conflitos, mal-entendidos, situações que desencadeiam incompreensão mútua são inevitáveis no intercâmbio linguístico. Para restabelecer o consenso (*commonality*), torna-se preciso, então, que as dificuldades sejam devidamente identificadas e atribuídas a possíveis causas subjacentes ao conflito. Como consequência da atribuição (adequada ou inadequada) de causas às dificuldades, os acordos subjacentes necessitam ser, muitas vezes, modificados, ou, então, novos acordos devem ser estabelecidos para prevenir futuros problemas do mesmo tipo. Além disso, toda interação envolve a negociação de uma definição da própria situação e das normas que a governam. Na verdade, todos os aspectos da situação relativos aos participantes estão sujeitos a negociação. Pode-se, assim, falar de uma construção social da realidade, já que, sendo a realidade social e constituída no processo contínuo de interpretação e interação, os seus vários aspectos podem ser considerados e (re)negociados de forma explícita ou implícita.

As estratégias interacionais visam, pois, levar a bom termo um “jogo de linguagem”. As estratégias textuais, por seu turno – que obviamente não deixam de ser também interacionais e cognitivas –, em sentido lato dizem respeito às escolhas textuais que os interlocutores realizam, desempenhando diferentes funções e tendo em vista a produção de determinados sentidos. Delas falaremos em outro capítulo.

Com a virada cognitiva, a Linguística Textual entra em uma nova fase, que vai levar a uma nova concepção de texto, o que possibilitará importantes desenvolvimentos posteriores.

A obra de Beaugrande & Dressler (1981), como já enfatizamos, constitui também um dos marcos dessa mudança de rumo. Nela, os autores procuram conceituar o que seja *textualidade*, definida, então, como “o que faz com que um texto seja um texto”, com base no exame do que denominam *critérios de textualidade*. O próximo capítulo será dedicado ao exame de cada um desses *critérios* ou *princípios*, como prefere chamá-los Beaugrande em trabalhos mais recentes (cf., por exemplo, Beaugrande, 1997), acrescidos de outros que vêm sendo postulados pelos estudiosos da área e que preferimos denominar *princípios de construção textual do sentido*.

## A PERSPECTIVA SOCIOCOGNITIVO-INTERACIONISTA

Não tardou que a separação entre exterioridade e interioridade presente nas ciências cognitivas clássicas se visse questionada, principalmente pela separação que opera entre fenômenos mentais e sociais.

As ciências cognitivas clássicas vêm trabalhando com uma diferença bem nítida e estanque entre os processos cognitivos que acontecem dentro da mente dos indivíduos e os processos que acontecem fora dela. Para o cognitivismo interessa explicar como os conhecimentos que um indivíduo possui estão estruturados em sua mente e como eles são acionados para resolver problemas postos pelo ambiente. O ambiente seria, assim, apenas um meio a ser analisado e representado internamente, ou seja, uma fonte de informações para a mente individual.

41 Desta maneira, a cultura e a vida social seriam parte deste ambiente e exigiriam a representação, na memória, de conhecimentos especificamente culturais. Entender a relação entre cognição e cultura seria, portanto, entender que conhecimentos os indivíduos devem ter para agir adequadamente dentro da sua cultura. Segundo essa visão, a cultura é um conjunto de dados a serem apreendidos, um conjunto de noções e procedimentos a serem armazenados individualmente. É fácil ver que, partindo desse ponto de vista, a cultura é subsidiária e dependente do conjunto de mentes que a compõem, ou seja, um fenômeno em geral passivo, sobre o qual as mentes atuam.

A concepção de mente desvinculada do corpo, característica do cognitivismo clássico, que predominou por muito tempo nas ciências cognitivas e, por decorrência, na linguística, começa a cair como um todo quando várias áreas das ciências, como a neurobiologia, a antropologia e também a própria linguística, dedicam-se a investigar com mais vigor esta relação e constataam que muitos dos nossos processos cognitivos têm por base mesma a percepção e a capacidade de atuação física no mundo. Uma visão que incorpore aspectos sociais, culturais e interacionais, a compreensão do processamento cognitivo baseia-se no fato de que existem muitos processos cognitivos que acontecem na sociedade, e não exclusivamente nos indivíduos. Essa visão, efetivamente, tem-se mostrado necessária para explicar tanto fenômenos cognitivos quanto culturais.

Mente e corpo não são duas entidades estanques. Muitos autores vêm defendendo a posição de que a mente é um fenômeno essencialmente corporificado (*embodied*), que os aspectos motores e perceptuais e as formas de raciocínio abstrato são todos de natureza semelhante e profundamente inter-relacionados. Para autores como Varela, Thompson e Rosch (1992), nossa cognição é o resultado das nossas ações e das nossas capacidades sensório-motoras. Esses autores enfatizam a *enação*, ou seja, emergência e desenvolvimento dos conceitos nas atividades nas quais os organismos se engajam, como a forma pela qual eles fazem sentido do mundo que os rodeia.

Portanto, tais operações não se dão apenas na cabeça dos indivíduos, mas são o resultado da interação de várias ações conjuntas por eles praticadas. As rotinas computacionais que acontecem socialmente são muito comuns e envolvem várias tarefas diárias (pensemos, por exemplo, na necessidade de computar conjuntamente quando se trata de tarefas como preparar com alguém uma receita culinária, ou o que acontece num restaurante para que o prato possa chegar à mesa dos fregueses). Essas tarefas constituem rotinas desenvolvidas culturalmente e organizam as atividades mentais internas dos indivíduos, que adotam estratégias para dar conta das tarefas de acordo com as demandas socialmente impostas (cf. Koch & Lima, 2004).

Isto quer dizer que muito da cognição acontece fora das mentes, e não somente dentro delas: a cognição é um fenômeno *situado*. Ou seja, não é simples traçar o ponto exato em que a cognição está dentro ou fora das mentes, pois o que existe aí é uma inter-relação complexa. Voltar-se exclusivamente para dentro da mente à procura da explicação para os comportamentos inteligentes e para as estratégias de construção do conhecimento pode levar a sérios equívocos.

Desta forma, na base da atividade linguística está a interação e o compartilhar de conhecimentos e de atenção: os eventos linguísticos não são a reunião de vários atos individuais e independentes. São, ao contrário, uma atividade que se faz *com* os outros, conjuntamente. No dizer de Clark (1996), a língua é um tipo de ação conjunta.

São, pois, ações conjuntas aquelas que envolvem a coordenação de mais de um indivíduo para sua realização, por exemplo, dois pianistas executando um dueto ao piano, um casal dançando, duas pessoas remando uma canoa. Ainda outros exemplos são crianças brincando de roda, músicos de um conjunto tocando juntos. Uma

ação conjunta se diferencia de ações individuais não meramente pelo número de pessoas envolvidas, mas pela qualidade da ação, pois nela a presença de vários indivíduos e a coordenação entre eles é essencial para que a ação se desenvolva.

Dentro desta perspectiva, as ações verbais são ações conjuntas, já que usar a linguagem é sempre engajar-se em alguma ação em que ela é o próprio lugar onde a ação acontece, necessariamente em coordenação com os outros. Essas ações não são simples realizações autônomas de sujeitos livres e iguais. São ações que se desenrolam em contextos sociais, com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente. Os rituais, os gêneros e as formas verbais disponíveis não são em nada neutros quanto a este contexto social e histórico (cf. Koch & Lima, 2004).

As abordagens interacionistas consideram a linguagem uma ação compartilhada que percorre um duplo percurso na relação sujeito/realidade e exerce dupla função em relação ao desenvolvimento cognitivo: intercognitivo (sujeito/mundo) e intracognitivo (linguagem e outros processos cognitivos). Cognição, aqui, define-se como um conjunto de várias formas de conhecimento, não totalizado por linguagem, mas de sua responsabilidade: os processos cognitivos, dependentes, como linguagem, da significação, não são tomados como comportamentos previsíveis ou aprioristicamente concebidos, à margem das rotinas significativas da vida em sociedade. O tipo de relação que se estabelece entre linguagem e cognição é estreito, interno, de mútua constitutividade, na medida em que supõe que não há possibilidades integrais de pensamento ou domínios cognitivos fora da linguagem, nem possibilidades de linguagem fora de processos interativos humanos. A linguagem é tida como o principal mediador da interação entre as referências do mundo biológico e as referências do mundo sociocultural (cf. Morato, 2001).

Dentro desta concepção, amplia-se, mais uma vez, a noção de contexto, tão cara à Linguística Textual. Se, inicialmente, quando das análises transfrásticas, o contexto era visto apenas como contexto (segmentos textuais precedentes e subsequentes ao fenômeno em estudo), tendo, quando da introdução da pragmática, passado a abranger primeiramente a situação comunicativa e, posteriormente, o entorno sócio-histórico-cultural, representado na memória por meio de modelos cognitivos, ele passa a constituir agora a própria



interação e seus sujeitos: o contexto constrói-se, em grande parte, na própria interação.

Portanto, na concepção interacional (dialógica) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos. A produção de linguagem constitui *atividade interativa* altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução – e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal.

44

Em consequência do grande interesse pela dimensão sociointeracional da linguagem e por processos afeitos a ela, surge (ou ressurge) uma série de questões pertinentes para a “agenda de estudos da linguagem”, entre as quais as diversas formas de progressão textual (referenciação, progressão referencial, formas de articulação textual, progressão temática, progressão tópica), a dêixis textual, o processamento sociocognitivo do texto, os gêneros, inclusive os da mídia eletrônica, questões ligadas ao hipertexto, a intertextualidade, entre várias outras. Serão estes, portanto, os temas dos próximos capítulos.